

05 DEZ 1976

JORNAL DE BRASÍLIA

O que foi o Senado em '76

O predomínio do Senado no Congresso Nacional, iniciado no ano passado em consequência dos grandes debates políticos, fortaleceu-se nesta sessão legislativa, quando lhe coube a tarefa de efetivamente, rever as grandes propostas encaminhadas pelo Executivo, como a lei das Sociedades Anônimas e a que estabeleceu modificações na legislação sobre acidentes de trabalho.

A supremacia do Senado em parte decorre do controle da área política governamental pelo senador Petrônio Portella (Arena-PI). Ela ficou devidamente caracterizada com a indicação de dois senadores arenistas, Accioly Filho e Jarbas Passarinho (PA) como relatores das duas mais importantes proposições do Poder Executivo apreciadas em comissão mista: o projeto de reforma do Judiciário e a "lei Falcão".

O primeiro debate importante da sessão legislativa, que hoje se encerra, foi em torno da mensagem presidencial. O senador Franco Montoro (SP), líder do MDB, voltou a defender a tese de que a mensagem deveria ser apreciada pelas comissões técnicas do Congresso, mas o senador Petrônio protestou e conseguiu impedir. Este debate voltará a ser repetido em março próximo.

Os grandes debates políticos do Senado ocorreram mais em consequência da atuação do senador Paulo Brossard (MDB-RS), que, mesmo não sendo o líder do seu partido, foi o que fez as críticas mais incisivas e provocou de Petrônio Portella, Jarbas Passarinho e Eurico Rezende (Arena-ES) as respostas mais duras. Coube-lhe suscitar o primeiro grande debate, ao analisar a declaração do presidente Geisel em Gramado, considerando os candidatos do MDB como inimigos. Foi ele quem levou ao plenário as denúncias sobre abusos das moradias e, ainda recentemente, alertou o empresariado sobre as consequências de um regime autoritário.

Mesmo tendo sido muito operoso, atuando em plenário, nas comissões e nas articulações políticas, o senador Franco Montoro não teve, nesta sessão, nenhum discurso digno do seu renome. Foi extremamente incisivo ao combater o empréstimo à prefeitura de Juazeiro, que ultrapassou todos os limites fixados, chegando a ter um debate com o senador Petrônio Portella que, no mínimo, pode ser classificado de áspero. Houve, ao longo do ano, várias discussões igualmente duras, como a travada entre Passarinho com Montoro e Brossard, em torno da lei Falcão (a que proibiu o aparecimento em

rádio e Tv dos candidatos a eleições municipais). Nenhum deles, porém, atingiu o tom do havido, nessa última semana, entre Eurico Resende (Arena-ES) e Dirceu Cardoso (MDB-ES), sobre um possível escândalo na compra de um terreno pela Cohab, no Espírito Santo.

Foi em um discurso aparentemente sem maior importância, em que o senador Luiz Calvalcanti (Arena-AL) saudava Magalhães Pinto por sua escolha como Homem de Visão, que surgiu o grande fato político do ano, no Senado. Em aparte, o senador Itamar Franco (MDB-MG) sugeriu que Magalhães Pinto fosse o sucessor do presidente Ernesto Geisel. Praticamente todos que estavam na sessão o apoiaram e o fato teve maior importância porque era a primeira vez, há muitos anos, que alguém no Congresso Nacional defendia uma candidatura a Presidente da República antes de esta ter sido aprovada pelo sistema.

Na Câmara dos Deputados, a legislatura que se finda foi considerada proveitosa, principalmente pela aprovação de diversas proposições da maior importância para o país.

O destaque ficou, porém, para duas proposições que, até hoje, ainda provocam controvérsias: os projetos-de-lei regulando as sociedades por ações e a reforma na legislação eleitoral — a lei Falcão.